

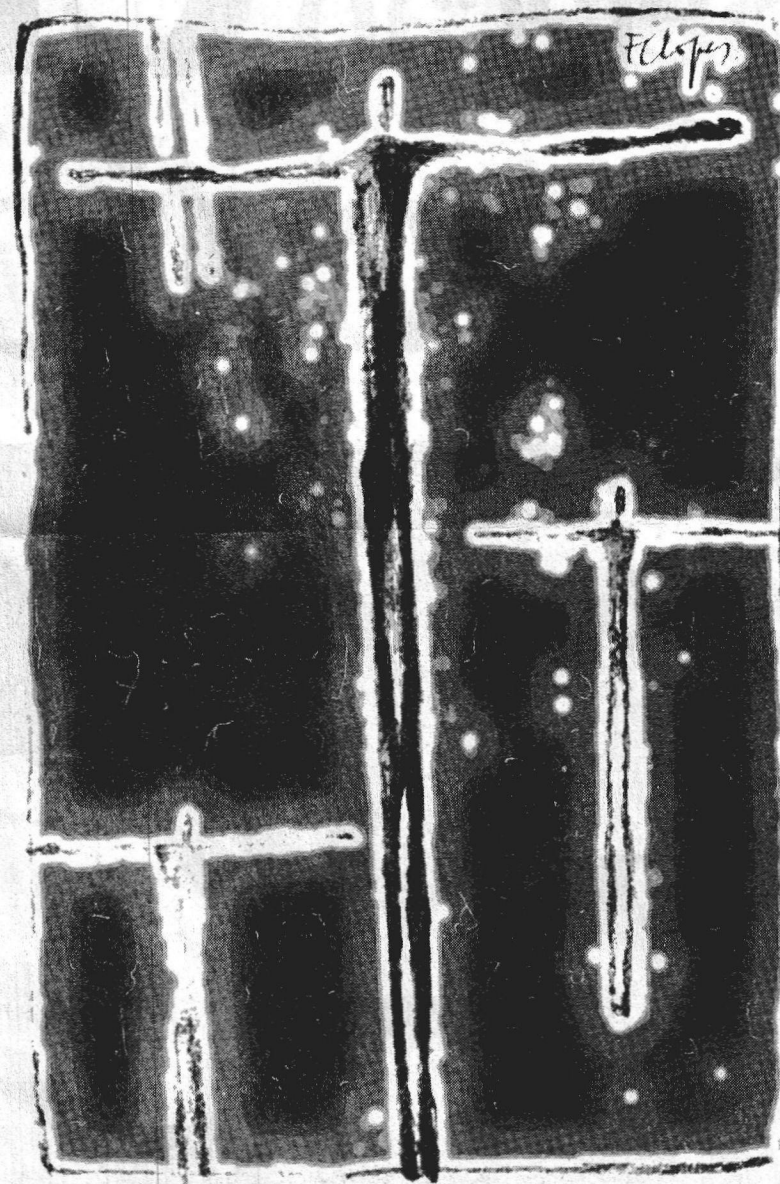
SEM DIREITOS SOCIAIS NÃO HÁ DIREITOS HUMANOS

Nilmário Miranda

Há algo de novo na luta pelos direitos humanos. Os que se dedicam a essa luta estão abraçando a defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais com o mesmo empenho com que já atuam pelos direitos civis e políticos. Não se trata de trocar um objeto de luta por outro. O Brasil avançou nos últimos anos no respeito aos direitos civis e políticos, mas essas conquistas, além de insuficientes, podem ser até neutralizadas pelos efeitos perversos da globalização comandada pelas excludentes políticas neoliberais. Trata-se, então, de incluir na agenda dos direitos humanos a sua dimensão social, econômica e cultural.

O aumento vertiginoso da recessão e do desemprego, em meio à deterioração dos serviços públicos, compuseram um ambiente que favorece e mesmo induz a prática de violações massivas de direitos. Assim como os direitos humanos têm como característica essencial a indivisibilidade, também as violações se manifestam de forma indivisível. É muito tênue a fronteira entre o descumprimento de direitos sociais e o desrespeito aos direitos humanos. Um fenômeno está sempre acompanhado do outro. Não surpreende que o Jardim Ângela, em São Paulo, concentre ao mesmo tempo os maiores índices de desemprego e de violência do país. E o desemprego é muito mais que um número: é a perda da auto-estima, a perda da autoridade do pai e da mãe de família perante os filhos, é porta de entrada para o alcoolismo, para a prostituição, o trabalho infantil, o trabalho degradante. É fator importante na violência intra-doméstica, na violência das cidades e dos campos.

A IV Conferência Nacional de Direitos Humanos — maior evento do setor no país, realizado anualmente em maio, apontou a tendência de atuar em função dessa realidade. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados definiu como seu lema este ano, “sem direitos



sociais não há direitos humanos”.

Um componente importante da força moral da luta pelos direitos humanos é que ela não se confunde com a luta política tradicional. Sustenta-se em princípios e valores legitimados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e em dois pactos internacionais: o de direitos civis e políticos e o de direitos econômicos, sociais e culturais, este ratificado pelo Brasil em 1992. Concentramos nossa atuação até agora

nos primeiros, em decorrência da necessidade de resgatar e ampliar os direitos esmagados pela ditadura militar.

O desafio agora é revitalizar o movimento dos direitos humanos atuando em favor dos direitos de segunda geração — os econômicos, sociais e culturais. Aprovamos novas leis para combater a violência policial, mas há milhões sem ter o que comer. A tortura se tornou crime depois de 500 anos de prática

impune, mas a pobreza no campo estimula conflitos que acabam em violência e leva crianças que deveriam estar na escola para o trabalho. Hoje há liberdade política e de expressão, mas os jovens se vêem sem trabalho e sem lazer. O Estado reconheceu sua responsabilidade pelos opositores políticos mortos e desaparecidos, mas a deplorável situação dos serviços públicos de saúde também provoca mortes e mutilações. Os direitos sociais também são direitos humanos e o Brasil se comprometeu com eles na Constituição em vigor e perante a comunidade internacional.

Um numeroso grupo de entidades, inclusive a Comissão de Direitos Humanos, está empenhado na elaboração de um relatório à ONU sobre o (não) cumprimento pelo Brasil do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Preparamos um cronograma de ações para defender a preservação da rede de proteção social, garantindo o atendimento das necessidades básicas dos grupos mais vulneráveis: crianças e adolescentes, indígenas, desempregados, portadores de deficiência, gestantes e nutrízes. Além de medidas de inclusão social da população negra, programas como a Renda Mínima, Bolsa-Escola, reforma agrária etc. No campo internacional, defendemos a adoção da Taxa Tobin, que incidiria sobre as transações financeiras internacionais, destinando os recursos ao combate à miséria.

Este é o momento de avançarmos no respeito aos direitos sociais, seja por meio de políticas econômicas estruturais, para atingir as causas da desigualdade e da miséria, seja para assegurar a assistência aos atingidos pelos efeitos das políticas vigentes. Mas o compromisso fundamental do movimento pelos direitos humanos continua, no fundo, o mesmo: a defesa da vida e da liberdade.

■ Nilmário Miranda, deputado pelo PT-MG, é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados